

Tema: Sector Vitivinícola					Âmbito: Nacional		
Título: Companhia pioneira					Temática: Generalista		
2006/09/16	JORNAL DE NOTICIAS PORTO – PRINCIPAL	Pág.31	Imagem: 1/1		Periodicidade: Diária	Inv.: n.a.	

"Tememos pelo futuro, porque ninguém nos informa sobre o que vai acontecer depois da requalificação".
Maria Henriqueta, vendedora no Bolhão.

Fernando Sousa
Professor universitário



Passeio
Público

Companhia pioneira

Nenhuma outra instituição foi objecto de tantos opúsculos, memórias e representações, contra e a seu favor, como a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro



LEONEL DE CASTRO

Em 10 de Setembro de 1756, no âmbito da política pombalina de fomento económico e reorganização comercial do país, de inspiração mercantilista, assente na formação de várias companhias monopolistas e privilegiadas, foi criada a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, destinada a garantir e promover a produção e comercialização dos vinhos do Alto Douro, a travar a concorrência de outros vinhos portugueses de inferior qualidade, a limitar o domínio e o controlo desta actividade económica pelos ingleses e, logicamente, a aumentar os rendimentos da Coroa provenientes do comércio dos vinhos do Alto Douro, que vieram a ser das maiores fontes de receita do Estado.

Não foi a primeira companhia majestática a ser constituída,

uma vez que Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), ministro de José I (1750-1777), tinha já anteriormente formado a Companhia do Comércio Oriental (16 de Março de 1753) e a Companhia do Grão-Pará e Maranhão (6 de Junho de 1755). Nem foi a última. Mas foi a que mais viva resistência popular suscitou e a que mais ataques sofreu por parte dos comerciantes ingleses. Foi a que obteve resultados mais profícuos e duradouros, desenvolvendo uma acção contínua e eficaz na defesa da qualidade do Vinho do Porto. Foi a que revelou maior duração temporal, quer como companhia majestática dotada de inúmeras prerrogativas, quer como mera sociedade comercial, de tal forma que, sob esta categoria, manteve-se até hoje, conservando a sua original denominação e marca comercial, o que faz dela a sociedade por acções mais antiga de Portugal.

Nenhuma outra instituição foi

objecto de tantos opúsculos, memórias e representações, contra e a seu favor. Nenhuma outra empresa nacional foi tão debatida, criticada e defendida na imprensa e no parlamento, até 1853.

Que conclusões podemos extrair da sua história? Em primeiro lugar, importa relevar a sua natureza de sociedade por acções, com um capital social bem determinado e privado, aberto aos mais diversos grupos sociais, e cujos títulos eram negociáveis sem restrições, a revelar uma mentalidade capitalista e a abrir caminho à sociedade anónima, constituída em 1878.

Em segundo lugar, convém realçar a duplicidade de "corpo político" e "sociedade comercial" que enformou a existência da Companhia entre 1756-1834 (de forma bem mais atenuada entre 1838-1852), como que a demonstrar a fraqueza do Estado, por um lado, e a eficácia da Companhia no exercício de funções públicas, por outro.

Esta ambiguidade/duplicidade da acção da Companhia remete-nos para uma questão de fundo: até que ponto a Companhia funcionou como instrumento de Estado? Em que medida o Estado interveio, política e legislativamente, como instrumento da Companhia? Quem se deixou influenciar por quem?

Duas reflexões finais quanto à oportunidade e validade do modelo estabelecido com a formação da Companhia e quanto à sua importância enquanto instrumento privilegiado do desenvolvimento económico de Portugal.

A Companhia revela-se pioneira na demarcação e regulação pública da região vinícola do Alto Douro – a primeira a nível mundial –, e no regime de protecção da denominação de origem. Ela simboliza uma fórmula de protecção, regulação e organização institucional quanto à produção e comercialização do Vinho do Porto que, embora mudando de natureza ao lon-

go dos séculos e conhecendo alguns hiatos, se manteve até ao presente, a demonstrar justamente a originalidade, pertinência e modernidade da sua criação.

Por outro lado, o tempo da Companhia, enquanto sociedade majestática (1756-1834) e enquanto instância reguladora do Vinho do Porto (1838-1852), corresponde a uma das épocas de maior prosperidade económica, de forte crescimento demográfico, de inegável renovação urbanística e de mais ampla influência política do Porto no contexto nacional. E boa parte da justificação histórica e simbólica de o Porto ser a capital do Norte encontra o seu primeiro fundamento na Companhia, mercê das suas múltiplas actividades económicas nas três províncias do Norte de Portugal, das obras públicas por si desenvolvidas, das escolas de ensino superior que sustentou e da valorização socioeconómica do Alto Douro – sem esquecermos que a sua sede se localizava no Porto, para onde tudo se dirigia e onde tudo se decidia.

Foi a Companhia que contribuiu, em grande parte, para enriquecer os negociantes do Porto e fornecer aos seus habitantes os meios de engrandecer consideravelmente a cidade, de multiplicar os ramos do seu comércio e da sua indústria e fazer sentir a influência do seu bem-estar em todo o Minho, boa parte de Trás-os-Montes e parte setentrional da Beira.

Foi a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, quanto ao Alto Douro, que, com a sua intervenção, melhorou a qualidade dos seus vinhos, fez elevar os seus preços, contribuiu significativamente para o seu escoamento, encontrou novos mercados e garantiu em regime de exclusividade a barra do rio Douro para os seus vinhos finos e o consumo do grande Porto para os seus vinhos correntes, trazendo à região uma prosperidade até então nunca alcançada. ◀